

Cargo: FISCAL TRIBUTÁRIO – ESTATUTÁRIO – NÍVEL MÉDIO

PROVA ESCRITA (OBJETIVA) – 04/09/2022

Período da MANHÃ

INSTRUÇÕES

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, O candidato deve ler as instruções e verificar se faltam folhas neste caderno, se a sequência de 30 (TRINTA) questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. A prova é composta de 30 (TRINTA) questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas cada uma, sempre na sequência A, B, C e D, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
6. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome está impresso nele. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de prova.
7. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. Em hipótese alguma ocorrerá a substituição da folha de respostas (gabarito) por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato.
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. O saco plástico com os objetos, deverá ser colocado sob a carteira ou mesmo no assoalho da sala e não pode ser aberto sob pena de eliminação.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas, é de **3 (três) horas** a partir do início da prova.
11. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
12. O candidato, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos **60 (SESSENTA)** minutos após o início de sua realização. Após o tempo mínimo de 60 (sessenta) minutos de prova, o candidato poderá retirar-se do local de realização da Prova Objetiva levando consigo o caderno de prova, que contém espaço para anotação do gabarito.
13. **Os DOIS últimos** candidatos de cada sala ficarão retido para assinar, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.
14. Não esquecer de levar seus pertences pessoais.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto-base para as questões 01 a 05:

Covid longa: as novas descobertas

Ela atinge pelo menos um em cada dez infectados e tem consequências persistentes, que podem durar meses ou anos: danos vasculares, cerebrais e no sistema imunológico. Mas a ciência começa a decifrá-la, e já testa um arsenal de medicamentos contra a Covid longa – a herança maldita da pandemia.

Por Bruno Garattoni e Tiago Cordeiro, 15 jun 2022, 13h05

[...]

Se você continuar com sintomas três meses após a infecção inicial, está com Covid longa. Podem ser problemas diretamente relacionados aos sistemas respiratório e cardiovascular, como fadiga crônica, falta de ar e taquicardia severa – que transformam até as coisas mais triviais, como subir escadas, num suplício. Ou mais enigmáticos, como dores no corpo, tontura persistente, problemas auditivos, insônia, depressão, perda de memória e problemas cognitivos. Mais de 200 sintomas já foram associados à síndrome. A OMS estima que 1 em cada 5 indivíduos que pegaram o coronavírus pode desenvolvê-la.

Esse número, 20%, foi confirmado por um estudo do Centers for Disease Control americano, que analisou os registros médicos de 353 mil pessoas. Já uma análise do governo inglês obteve um número um pouco menor: 9,5% dos indivíduos vacinados, e 14,5% dos não vacinados, desenvolveram algum grau de Covid longa.

Em aproximadamente metade dos casos, os sintomas eram graves, a ponto de impedir as atividades normais da pessoa. E, o que talvez seja mais alarmante, eles não costumam melhorar com o tempo. Sete meses após a infecção, um terço das vítimas da Covid longa havia conseguido superar seus problemas respiratórios – mas a incidência de todos os demais problemas continuava praticamente igual.

As vacinas são altamente eficazes contra a hospitalização ou morte, mas não conseguem impedir que você pegue o vírus, tenha Covid – e desenvolva a forma longa da doença. No estudo do governo inglês, a vacinação reduziu em 34,5% o risco da síndrome. É um nível de proteção modesto; e pode ser até menor. Cientistas da Universidade de Washington avaliaram 34 mil pessoas vacinadas e 113 mil não vacinadas nos EUA, e constataram que a imunização diminuiu em apenas 15% a incidência de Covid longa.

Tanto o estudo inglês quanto o americano consideraram pessoas vacinadas com duas doses – portanto, não levam em conta o possível aumento de proteção com a terceira dose. Mas é pouco provável que a dose de reforço forneça um ganho dramático ou permanente contra a Covid longa (inclusive porque os níveis de anticorpos contra o vírus caem naturalmente nos meses após a vacinação). Ela continuará sendo um risco real. [...] E ela é uma roleta russa. Mulheres correm um risco um pouco maior do que os homens (elas são 60% dos casos), e a síndrome é mais frequente nas pessoas entre 36 e 64 anos. Também há uma relação direta com a Covid inicial: quanto mais graves os sintomas da doença, maior a chance de ter Covid longa depois. Mas há estudos mostrando que ela também pode ocorrer após casos leves.

O fato é que ainda não há como prever, com um grau de confiança razoável, se alguém irá ou não desenvolver a síndrome pós-Covid. Inclusive porque ela pode ser sorrateira, e só se manifestar semanas após o fim da infecção inicial, ou agir de forma traiçoeira – são comuns os relatos de vítimas que se consideravam curadas da Covid longa, mas voltaram a ter problemas depois que tentaram se exercitar, por exemplo. [...]

Fonte: <https://super.abril.com.br/saude/covid-longa-as-novas-descobertas-e-os-possiveis-tratamentos/> (Adaptado)

01. Assinale a alternativa CORRETA com relação ao texto.

- | | |
|----|--|
| A. | A Covid longa refere-se à persistência de sintomas por, no máximo, três meses após a infecção inicial. |
| B. | A Covid longa atinge gravemente aproximadamente metade dos infectados pela Covid. |
| C. | Pelo menos 10% das pessoas que foram infectadas pela Covid desenvolvem a Covid longa. |
| D. | Aproximadamente 60% das mulheres infectadas pela Covid desenvolvem a Covid longa. |

02. Assinale a alternativa INCORRETA em relação ao texto.	
A.	Conforme estudo do governo inglês, pouco mais de meio ano após a infecção por Covid, um terço dos infectados melhorou dos problemas respiratórios, mas permaneceu com outras consequências.
B.	A imunização não tem alta eficácia contra a síndrome da Covid longa, cujo risco foi reduzido em cerca de um terço para os vacinados, segundo análise do governo inglês.
C.	Não há consenso sobre o percentual de pessoas afetadas pela Covid longa, nem sobre a eficácia da vacina em proteger contra as consequências persistentes da infecção pela Covid.
D.	Fadiga persistente, dores corporais, taquicardia e perda de memória são os sintomas mais recorrentes observados entre os pacientes que desenvolveram a Covid longa.

03. Assinale a alternativa CORRETA com relação ao sentido ou à função de palavras e expressões no texto.	
A.	Na linha fina (trecho abaixo do título), todos os elementos citados a seguir fazem referência a “Covid longa”: “Ela”, “-la” (de “decifrá-la”) e “a herança maldita da pandemia”.
B.	O adjetivo “alarmante”, no terceiro parágrafo, caracteriza a gravidade da infecção pela Covid, cujos sintomas perduram em metade dos afetados.
C.	A expressão “roleta russa”, no quinto parágrafo, refere-se à baixa probabilidade de proteção contra a síndrome da Covid longa por meio da imunização.
D.	Os adjetivos “sorradeira” e “traíçoira”, no último parágrafo, caracterizam a mesma forma de manifestação da síndrome da Covid longa.

04. Assinale a alternativa CORRETA com relação à função da pontuação no texto.	
A.	Na linha fina (trecho abaixo do título), os dois pontos introduzem uma correção em relação ao que foi dito anteriormente no texto.
B.	No 4º parágrafo, o ponto e vírgula introduz uma paráfrase, ou seja, uma versão mais longa e explicativa de uma ideia apresentada anteriormente no texto.
C.	No trecho “Mulheres correm um risco um pouco maior do que os homens (elas são 60% dos casos)”, os parênteses têm a função de apresentar uma ressalva ao que foi dito anteriormente no texto.
D.	No último parágrafo, o travessão introduz um esclarecimento com relação a determinada forma de manifestação da Covid longa e poderia ser substituído por dois pontos, com a mesma função.

05. Assinale a alternativa integralmente CORRETA com relação ao uso dos recursos linguísticos no texto.	
A.	As construções “um número um pouco menor”, “um risco um pouco maior do que”, “é pouco provável que” e “mais de” constituem estruturas comparativas.
B.	Os termos “altamente” (4º parágrafo) e “naturalmente” (5º parágrafo) são advérbios de modo e modificam um adjetivo e um verbo, respectivamente.
C.	A conjunção “portanto”, no 5º parágrafo, introduz uma justificativa em relação ao que foi dito anteriormente no texto.
D.	O termo “inclusive” indica, nas duas ocorrências no texto (5º e 6º parágrafos), a introdução de uma conclusão sobre o que foi dito anteriormente no texto.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

06. Uma pessoa teve a parcela de seu financiamento ajustada (aumentou) em 20%. Após 1 ano, sua nova parcela foi ajustada (aumentou) em 25%. Qual o aumento que essa pessoa teve após os 2 ajustes em relação ao valor da parcela inicial (antes dos 2 ajustes)?

A.	25%
B.	45%
C.	50%
D.	100%

07. Dada a função de 2º grau, $4x^2 - 36x + 80 = 0$, e sendo suas raízes: x_1 e x_2 . Qual o resultado de $x_1 + x_2$?

A.	4
B.	9
C.	36
D.	80

08. Dada a equação:

$$2x - \frac{1}{3} = \frac{2}{5} - \frac{4}{10}$$

Qual o valor de x ?

A.	$\frac{1}{6}$
B.	$\frac{1}{3}$
C.	$\frac{17}{30}$
D.	$\frac{17}{15}$

09. Dado um círculo com uma área = 36π . Qual seu perímetro (comprimento)?

A.	6π
B.	7π
C.	8π
D.	12π

10. Ao rodar um dado de 6 lados, qual a probabilidade de obter o mesmo número jogando o dado duas vezes?

A.	$\frac{1}{6}$
B.	$\frac{1}{36}$
C.	$\frac{1}{3}$
D.	$\frac{2}{36}$

CONHECIMENTOS GERAIS, LEGISLAÇÃO

11. Segundo o Art. 21, da Lei nº 2.056/2015, que “Dispõe sobre o quadro de pessoal do executivo municipal de Barracão” e dá outras providências”. Estabelece que: O servidor terá a avaliação de desempenho para Progressão Funcional e avaliação para Progressão por Qualificação a cada período de “_____”, contados da data de enquadramento em determinada referência de vencimento.

A.	1 (um) ano.
B.	2 (dois) anos.
C.	3 (três) anos.
D.	5 (cinco) anos.

12. O Brasil ente o período de 1960 a 1990, viveu em partes um período conturbado politicamente. Dento deste período, a chamada ditadura militar acabou no ano de 1985, depois de grandes movimentações políticas, como as manifestações por todo território brasileiro. Resultando, num processo de redemocratização do Brasil e aconteceu de maneira gradual, sem grandes rupturas nas estruturas e privilégios da elite. Essas manifestações ficaram conhecidas como:

A.	Outubro Rosa.
B.	Diretas Já.
C.	Caça aos Marajás.
D.	Movimento Operário.

13. Segundo o Art. 37 da Lei nº 1.011/1993 que “Dispõe sobre o regime jurídico único do funcionalismo do município, das autarquias e das fundações municipais de Barracão”. Estabelece que: A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

- I – a juízo da autoridade competente;
- II – a pedido do próprio funcionário;
- III – com o término do período governamental da autoridade noemante.
- IV – Processo administrativo;
- V – Solicitação da maioria dos vereadores.

São verdadeiros os itens:

A.	I, III e IV.
B.	I, II e III.
C.	II, IV e V.
D.	III, IV e V.

14. Segundo o Art. 42. da Lei nº 2.056/2015, que “Dispõe sobre o quadro de pessoal do executivo municipal de Barracão” que trata do reenquadramento, estabelece que:	
A.	Fica vedada a realização de reenquadramento de servidores em cargos de nível abaixo daqueles para o qual houve aprovação em concurso público, ainda que o cargo seja considerado em extinção.
B.	Fica vedada a realização, sob qualquer forma, de reenquadramento de servidores em cargos diversos daqueles para o qual houve aprovação em concurso público, ainda que o cargo seja considerado em extinção.
C.	Fica vedada a realização, sob qualquer forma, de reenquadramento de servidores em cargos de nível superior daqueles para o qual houve aprovação em concurso público, ainda que o cargo seja considerado em extinção.
D.	Fica autorizado o chefe do executivo a proceder o reenquadramento de servidores em cargos diversos daqueles para o qual houve aprovação em concurso público.

15. O Paraná que hoje conhecemos teve um passado bastante sofrido. Durante o século XX, período de colonização do Estado, um fato marcou a história: a conflagração do Sudoeste do Paraná . Segundo o professor titular de filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Antônio Celso Mendes, o movimento que aconteceu em 1957 pode ser considerado o mais representativo da evolução econômica do Estado. Esse fato foi originário devido a?	
A.	A posse da terra entre colonos brasileiros e os Argentinos.
B.	A luta armada entre os jagunços contratados pelas companhias colonizadoras e os pistoleiros contratados pelos colonos.
C.	O conflito entre os colonos e a Polícia Militar do Paraná.
D.	Nenhuma das alternativas acima.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO CARGO

16. Acerca das disposições gerais do Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5.172/1966, é incorreto afirmar:	
A.	Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
B.	Nos termos do art. 5º do CTN, os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria, conhecida pela doutrina como teoria tripartite dos tributos.
C.	A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei.
D.	A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevante a destinação legal do produto da sua arrecadação.

17. De acordo com o entendimento majoritário do Supremo Tribunal de Justiça (STF), o qual segue a previsão constitucional, assinale a alternativa que corresponde aos tributos no Sistema Tributário Brasileiro:	
A.	Impostos, taxas e contribuições de melhoria.
B.	Impostos, empréstimos compulsórios, taxas, contribuição de melhoria e contribuições especiais.
C.	Empréstimos compulsórios e contribuições especiais.
D.	Impostos, taxas, contribuições de melhoria e contribuições especiais.

18. Compete aos Municípios instituir os seguintes impostos:	
A.	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; Imposto Predial e Territorial Urbano; e Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis.
B.	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e Imposto Predial e Territorial Urbano.
C.	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; Imposto Predial e Territorial Urbano; e Imposto Sobre a Transmissão de Bens Móveis.
D.	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; Imposto Predial e Territorial Urbano; Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis; e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doações.

19. Acerca da legislação tributária, assinale a alternativa incorreta:	
A.	Somente a lei pode estabelecer a instituição, majoração e extinção de tributos; entretanto, de modo geral, para a redução de tributos é necessário apenas a promulgação de um decreto legislativo.
B.	Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
C.	Compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
D.	Somente a lei pode estabelecer a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.

20. Sobre os tributos e competência tributária, assinale a alternativa correta:	
A.	Os impostos, as taxas e contribuições de melhoria são tributos de competência comum entre os entes tributantes.
B.	As taxas poderão ser instituídas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e indivisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
C.	A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
D.	A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório não é vinculada à despesa que fundamentou sua instituição, quando a mesma ocorrer dentro das regras dispostas na Constituição Federal.

21. Acerca das limitações ao poder de tributar dispostas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:	
A.	É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão; e fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser. Essa vedação constitucional caracteriza-se como isenção tributária.
B.	É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Essa vedação constitucional trata-se do princípio da anterioridade anual e o Imposto sobre Produtos Industrializados é uma exceção a esse princípio.
C.	É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Essa vedação constitucional trata-se do princípio da anterioridade nonagesimal e não há exceções a esse princípio.
D.	É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Essa vedação constitucional trata-se do princípio da anterioridade nonagesimal e o Imposto sobre Produtos Industrializados é uma exceção a esse princípio.

22. A respeito da previsão constitucional sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, assinale a alternativa correta:	
A.	A alteração da sua alíquota é uma exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal.
B.	A fixação da sua base de cálculo é uma exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal.
C.	A alteração da sua alíquota é uma exceção ao princípio da anterioridade anual.
D.	A fixação da sua base de cálculo é uma exceção ao princípio da anterioridade anual.

23. À luz da legislação, assinale a alternativa incorreta:	
A.	Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego, como receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
B.	Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa ou culposa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades na forma legal, como agir ilicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
C.	Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, como negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.
D.	Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego, como receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

24. No que tange a transparência da gestão fiscal, são considerados instrumentos:

- I. Planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- II. Prestações de contas e o respectivo parecer prévio;
- III. Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- IV. Relatório de Gestão Fiscal;

Das assertivas acima, estão corretas:

A.	I e III.
B.	I, II, IV.
C.	III e IV.
D.	I, II, III e IV.

25. O Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, o qual deve estar localizado na zona urbana do Município. Segundo a legislação, entende-se como zona urbana a definição atribuída em lei municipal, a qual deve observar o requisito mínimo da existência de melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público. Assinale qual das alternativas abaixo condiz com alguns desses melhoramentos:

A.	meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais e subterrâneas; e sistema de esgotos sanitários.
B.	rede de iluminação pública ou privada, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários.
C.	escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado; abastecimento de água e sistema de esgotos sanitários.
D.	meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; escola fundamental ou posto de saúde a uma distância máxima de 10 (dez) quilômetros do imóvel considerado.

26. Quanto ao crédito tributário, assinale a alternativa correta:

A.	A isenção e a anistia são hipóteses de extinção do crédito tributário.
B.	A remissão, a prescrição e a decadência são hipóteses de exclusão do crédito tributário.
C.	O pagamento, a compensação, a dação em pagamento de bens imóveis e a conversão do depósito em renda são hipóteses de extinção do crédito tributário, enquanto a remissão é uma hipótese de exclusão do crédito tributário.
D.	A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüente.

27. Acerca da legislação referente a Contribuição de melhoria, assinale a alternativa correta:	
A.	A contribuição de melhoria, tributo de competência comum, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
B.	A contribuição de melhoria é um tributo de competência comum e sua instituição decorre de qualquer obra que resulte em valorização imobiliária ao contribuinte, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
C.	A contribuição de melhoria, tributo de competência privativa dos Municípios, tem como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
D.	A lei relativa a contribuição de melhoria estabelecerá prazo não inferior a 15 (quinze) dias, para impugnação pelos interessados acerca dos requisitos mínimos para sua instituição.

28. No que tange a obrigação tributária, marque a alternativa incorreta:	
A.	A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
B.	Fato gerador da obrigação principal é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
C.	A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
D.	Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

29. Sobre o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário, assinale a alternativa correta:	
A.	O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contado apenas do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
B.	O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; ou da data da decisão recorrível que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
C.	O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; ou da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
D.	O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 1 (um) ano, contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; ou da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

30. A respeito da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública, assinale a alternativa correta:	
A.	É um tributo de competência exclusiva da União.
B.	Não pode ser cobrada juntamente na fatura de consumo de energia elétrica, por caracterizar bitributação.
C.	Não pode ser cobrada juntamente na fatura de consumo de energia elétrica, por ferir o princípio do “ne bis in idem”.
D.	É um tributo de competência dos Municípios e do Distrito Federal.

Ficha de respostas para conferência (CONCURSO DE BARRACÃO - PR – 04/09/2022)
Acesse o Gabarito Provisório a partir de 05/09/2022

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30